TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 6ª
(SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo ou ao seu Vice-Líder, Deputado Benedito Domingos, pelo Bloco Trabalhista, Progressista e Republicano. (Pausa.)

O Deputado Benedito Domingos, fará uso da palavra pela liderança desse bloco.

Até que o Deputado Benedito Domingos assuma a tribuna, eu quero registrar, da tribuna desta Casa, o falecimento do ex-Ministro Fernando Lyra. Haverá uma missa, às 19h, na Catedral D. Bosco, solicitada pelo Senador Cristovam Buarque, amigo de muitos anos. Lembro isso aos colegas Deputados que queiram ainda estar presentes nessa cerimônia religiosa para a lembrança do falecimento do ex-Ministro Fernando Lyra, homem notoriamente conhecido na sociedade brasileira e bastante respeitado por sua contribuição.

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (Bloco Trabalhista, Progressista e Republicano. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de trazer um comentário nesta tarde sobre os períodos carnavalescos que ocorreram na semana passada.

Faço uso desta tribuna para dizer que as comunidades religiosas que não participam dos festejos carnavalescos, pelas suas maneiras de servir – tanto a Igreja Católica quanto a Igreja Evangélica –, promovem, nesse período, retiros e congressos principalmente para a mocidade.

Nesse período da semana de carnaval, nós tivemos alguns eventos evangélicos que eu gostaria de mencionar. No P Sul, o Pr. Sinval realizou um congresso, por três dias, com a presença de 10 mil a 15 mil pessoas por noite; o Pr. Orcival Xavier, no estacionamento do Serejinho, em Taguatinga, promoveu um congresso para a juventude da igreja dele, com uma média de 10 mil jovens participando daquela festividade; o Bispo Robson Rodovalho, da Igreja Sara Nossa Terra, também realizou um evento em Vicente Pires, numa chácara de propriedade deles, com frequência de mais de 10 mil jovens; também o Pr. Jeová de Aquino, da Igreja Batista Ebenézer, no seu acampamento, numa chácara, realizou um evento com uma faixa de 10 mil jovens presentes; o pastor da Igreja de Sobradinho realizou, num ginásio, uma tradicional cruzada com um número de 5 mil a 6 mil jovens, talvez mais, durante três dias. E a Igreja Católica fez o Rebanhão também aqui no ginásio, onde uns 15 mil ou mais jovens estiveram presentes.

Portanto, eu quero chamar a atenção de V.Exa., Sr. Presidente, pois, se somarmos todos esses eventos, veremos que o número de participantes é maior do que o número de pessoas que participaram do carnaval de rua nesta cidade de Brasília. São pessoas que procuram fazer o retiro espiritual, revitalizando a fé, evitando que nossos jovens se contaminem com drogas, com bebidas e com outras coisas mais que só trazem prejuízo para eles, para a sociedade e para a própria família. Estando os jovens assim, os pais ficam despreocupados, pois sabem que eles estão em ambientes tão sadios, tão bons. Ficam despreocupados, nada de desagradável vai acontecer com a filha e o filho deles.

Isso demonstra... Peço a atenção de V.Exa., Sr. Presidente. Alguns Parlamentares, ou vários Parlamentares, ou todos os Parlamentares, geralmente colocam emendas para que as regiões administrativas deem suporte a esse tipo de

festividade, e às vezes recebemos um pouco de crítica da mídia, às vezes de outros aspectos...

Olha, aqui sabemos que foi antecipado o recurso para as escolas de samba – antes do carnaval – para elas se prepararem. Tudo bem. É normal e natural, ninguém vai censurar. Mas por que essa outra censura? Por que levantar crítica quanto a um cachê que é pago para um cantor evangélico, se ele hoje está na linha de primeiro plano na mídia nacional? Tem o seu valor, também. Quando a Ivete Sangalo vem aqui, o cachê é de 400, 500 mil. Se vem um cantor evangélico e cobra 30, 40 mil de cachê, isso é motivo de censura pela mídia, achando que ele não pode receber aquilo.

Então, estou dizendo isso para demonstrar que transcorreu em Brasília um clima de paz, cada um no seu setor. Aqueles que gostam de carnaval, do baile de carnaval, tudo bem, ninguém vai censurar. Nós vivemos numa sociedade democrática e livre, mas também não podemos, amanhã, censurar ou criticar outros que têm outra atividade e que aproveitam esses feriados – fora as caravanas que saíram para Anápolis e outras cidades.

Então, fica essa colocação aqui, alertando que nós, às vezes, ajudamos porque julgamos necessário ajudar.

Sr. Presidente, Deputada Arlete Sampaio, os romanos já diziam a coisa mais certa da vida, que o povo quer pão e circo. O que quer dizer isso? Que o povo quer ter alimentação, ter vestuário, ter casa, ter maneira de viver, e, ao mesmo tempo, tem que ter diversão. Só que a diversão deles era tremenda, era no Coliseu com os gladiadores e aquelas coisas. Mas tem que ter. Existe maior circo do que o futebol, que hoje toma conta do mundo inteiro? Mas aquele povo que gosta de futebol, que aprecia... Hoje é raro uma pessoa no mundo que não seja torcedora de um time. Há as copas do mundo que ocorrem e outras modalidades de esportes. A própria mídia vive e fatura em cima do esporte e de outros segmentos. E cada um tem a sua maneira de agredir, tem a sua diversão, isso é necessário.

Quando nós falamos isso, Deputado Chico Vigilante, vamos lá para a Constituição: o Estado é laico. O Estado é laico. Graças a Deus nós não temos uma religião oficial no Brasil, como há no Irã, no Iraque e em outros países. Mas a sociedade que compõe a Nação não é laica; não são pessoas laicas. Cada um tem a sua fé e a sua maneira de servir a Deus. Então, é ela que paga imposto, é ela que convive; ela não é laica. O Estado é laico porque não pode ter uma religião oficial. Mas a mesma Constituição que diz que o Estado é laico garante a liberdade de culto, garante que os templos são isentos de pagamento de impostos, garante o direito de as religiões existirem. Por quê? É a sociedade, e cada um tem a sua maneira de ser.

E eu digo isso, Sr. Presidente, porque às vezes sofremos muitas críticas; nós, Deputados, sofremos críticas. Às vezes dimensionamos coisinhas tão insignificantes dentro de um contexto de gasto que ocorre com o esporte em geral, com outras atividades, e é isso que acontece. Mas o resultado é muito positivo, é um resultado

de frequência, é um resultado que traz edificação espiritual, traz edificação moral para aquela juventude que participa. São criticados porque queriam que eles estivessem na rua, pulando, tomando cerveja, tomando bebida, fumando ou se drogando. E como estar livre disso? A única solução nossa é ir contra essas coisas, por isso esses congressos são realizados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Ouço o aparte de V. Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Benedito Domingos, V. Exa. faz um pronunciamento muito importante. Eu sou católico, gosto duma festa também, mas acho que é fundamental, ainda mais numa cidade como Brasília, que o Estado possa agir sem discriminar absolutamente ninguém, portanto a mesma ajuda que ele já dá nas chamadas festas, digamos, profanas, porque é assim que são intituladas, que também possa dar nas festas religiosas. É assim com relação às vias-sacras e também às atividades evangélicas.

Eu estive, na segunda-feira de carnaval, numa atividade, num congresso da juventude da Igreja Assembleia de Deus ali da Ceilândia Sul. É uma igreja grande localizada ao lado do Hospital de Ceilândia. Foi um momento muito bonito, um momento de muita paz, um momento do qual eu saí absolutamente renovado, por ver, Deputado Benedito Domingos, Deputada Arlete Sampaio, Deputada Luzia de Paula, que está aqui nesse momento, Deputado Chico Leite e Deputado Wasny de Roure, milhares de jovens ali naquele lugar sendo abençoados, cantando, animados. Você via a presença, efetivamente, de Deus naquele espaço, portanto eu fui para ficar pouco tempo e terminei ficando o culto todo, terminei ficando a atividade toda. Achei muito bonito, achei muito importante e acho que a gente tem o dever de ajudar, assim como a gente ajuda o São João do Cerrado, assim como ajuda o carnaval, assim como ajuda outras atividades culturais por aí.

Sem querer me estender muito com relação ao meu aparte, até porque o aparte não pode ficar maior do que o pronunciamento, V. Exa. estava falando aqui e eu estava me lembrando de um fato ocorrido quando era governador do Distrito Federal o Professor Cristovam e era vice-governadora a Deputada Arlete Sampaio. A Igreja Universal queria se instalar ali no Conic, e houve um movimento dos chamados setores culturais do Distrito Federal para proibir a instalação da igreja. Eu era Deputado Federal, havia o Deputado De Velasco, que era ligado à Igreja Universal, e ele me pediu para a gente conversar com o governador. E nós fomos, e me lembro que, chegando lá, eu convenci o governador – e me orgulho disso – dizendo para ele que igreja também era cultura, que eu tinha ajudado a levar a CUT e os sindicatos para o Conic, e que o Conic era o lugar mais democrático do Distrito Federal, portanto nada seria mais importante do que ter uma igreja lá também, para democratizar mais ainda. E foi assim que conseguimos autorização do governador para a instalação da Igreja Universal, que ainda hoje está instalada ali, já por mais de vinte anos.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Muito obrigado, nobre Deputado.

Eu gostaria de frisar mais, Deputados. Por exemplo, a Igreja Católica tem o Rebanhão, tem as vias-sacras, o Morro da Capelinha lá em Planaltina, que já é uma tradição, tudo é normal, é natural que se faça, isso é normal e tem que haver. Foi a nossa maneira de agir, quando administramos a cidade de Taguatinga: a Iaiá, uma baiana, nos procurou, e sempre nós demos atenção a ela, sem discriminar nenhuma religião. Ela nos procurou para fazer a lavagem lá, e eu disse: "Não, minha filha, eu não passo nem perto, mas você terá todo o apoio da administração para realizar o seu evento". Mandamos montar uma barraca, demos banheiro químico, demos ajuda. Agora há pouco tempo ela foi e não conseguiu aquele mesmo tratamento. O que ela disse? "O melhor administrador que passou aqui em Taguatinga e que nos ajudou foi o pastor Benedito Domingos". Quer dizer, eu não vou comungar com o que ela pratica e com a sua maneira religiosa, mas como homem público não se pode discriminar nenhuma religião e nenhum cidadão no Brasil. Eu louvo a Deus pelo nosso governo, um governo aberto, um governo democrático, um governo que tem demonstrado amizade. Eu falo com o testemunho agora do Deputado Chico Vigilante, ainda no governo do Cristovam, e acredito que o Governador Agnelo tem sido atencioso, tem participado, tem comparecido aos nossos eventos, e isso nos deixa muito gratificados.

Então, fica aqui o meu relatório do que ocorreu. E quero dizer para a nossa mídia que nós também somos brasileiros, pagamos nossos tributos, temos nossos direitos e lutamos contra o erro, contra o mal, contra o vício, contra o crime, contra a droga, contra o desvio de conduta da nossa mocidade e queremos um Brasil sadio, um Brasil melhor do que o que nós vivemos. Isso será possível no dia em que todos entendermos que somos uma sociedade variada, mas temos um objetivo comum: o bem estar de todos os brasileiros.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputado Benedito Domingos.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos, boa tarde a todas.

Em primeiro lugar, eu quero aqui ressaltar o evento que aconteceu ontem no Palácio do Planalto, quando a Presidenta Dilma anunciou avanços significativos no combate à extrema pobreza no Brasil, ampliando várias iniciativas do Brasil Sem Miséria e anunciando ao País que, dos 16 milhões de brasileiros que ainda se encontravam na linha da extrema pobreza, hoje nós temos a missão de encontrar

um pouco mais de 2 milhões que ainda não foram atingidos pelo Programa Bolsa Família.

Para a nossa alegria, aqui no Distrito Federal, nós já ultrapassamos 100 mil famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Nós conseguimos encontrar, cadastrar e colocar no Programa Bolsa Família 35 mil famílias que jamais tinham sido beneficiadas com qualquer programa social nos anos anteriores. Desses, em torno de 35 mil famílias também recebem complementação do Bolsa Família, pelo DF Sem Miséria, que permite às famílias atingirem até 300 reais mensais para satisfazerem as suas necessidades básicas, sobretudo as necessidades de alimentação. Porque todas as pesquisas demonstram que 70% dos recursos do Bolsa Família são destinados justamente à aquisição de alimentos para a família.

Outro dado importante é que pesquisa recente publicada pela imprensa nacional e pela local revela o significado do Bolsa Família no sentido do empoderamento das mulheres brasileiras. Porque as mulheres são detentoras do cartão do Bolsa Família e, consequentemente, pelo fato de elas poderem retirar o dinheiro, elas passam a ter um lugar privilegiado na relação intrafamiliar. Elas mesmas dizem: "nós agora somos ouvidas, porque nós temos dinheiro".

Então, eu acho que é um dado fundamental que demonstra mais uma vez a compreensão de uma mulher que preside o Brasil no sentido de assegurar direitos às mulheres brasileiras. Ontem mesmo, a Presidenta Dilma esteve numa reunião no Palácio do Planalto com mulheres camponesas. Todos devem saber que é a primeira vez na história do Brasil que as mulheres camponesas têm direito ao Pronaf. Coisa que não tinham antes. Assim como também têm direito e têm acesso a uma linha de capacitação e qualificação profissional para que elas possam ganhar autonomia nas suas vidas.

Eu também quero, Sr. Presidente, registrar nesta tarde de hoje, na linha do que falou o nosso companheiro Deputado Benedito Domingos...

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputada, como V.Exa. aparentemente irá mudar de assunto, neste aparte eu gostaria apenas de colocar-me lado a lado com V.Exa. na congratulação ao trabalho feito pela Presidente Dilma. O Governo Federal, no tocante a essa questão do acesso, da melhoria da distribuição de renda no País, que realmente é um problema que assolou o nosso país durante décadas... Isso vem mudando e crescendo gradativamente com índices muito satisfatórios, o que é fruto do trabalho realizado pelo Governo Federal.

Deixo para registro, porque V.Exa. é muito modesta, que o Programa DF Sem Miséria, um programa maravilhoso, que foi votado nesta Casa, teve V.Exa. como grande mentora e articuladora. Estamos colhendo agora esses dados extremamente positivos, e a mentora e articuladora desse programa foi V.Exa. Então, eu não poderia deixar isso passar, pois V.Exa. já iria mudar de assunto.

Parabenizo-a, também, por esse trabalho, por essa articulação, e os dados estão aí. Contra fatos não há argumentos. Então, meus parabéns, porque o trabalho feito por V.Exa. está agora repercutindo na sociedade de Brasília.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Muito obrigada, Deputado Cláudio Abrantes.

Se conseguimos encontrar 35 mil famílias na área rural e na urbana que jamais haviam sido beneficiadas por qualquer programa social, devemos isso a uma rede social que foi construída pelas igrejas evangélicas e católicas, pelas comunidades tradicionais, pelos terreiros, pelas religiões de matriz africana. Todos contribuíram para que encontrássemos essas pessoas extremamente pobres que jamais haviam sido incluídas em programas sociais do Distrito Federal.

Para concluir, na linha do que falou o Deputado Benedito Domingos, em relação ao combate à discriminação, eu quero relatar um fato muito triste e lamentável ocorrido ontem na Universidade de Brasília. Uma jovem estudante foi brutalmente agredida por um homofóbico que a espancou simplesmente porque ela é uma pessoa de orientação homossexual. A Lei Orgânica do Distrito Federal combate e condena crimes de discriminação por natureza religiosa, por cor, e também por orientação sexual. Acho que nós que estamos nesta Casa temos a compreensão de que todos somos filhos de um mesmo Deus e todos temos de ser igualmente respeitados, sejam lá quais sejam as características que tenham as pessoas.

Portanto, eu quero aqui registrar, da minha parte, a minha indignação com esse fato. Espero que a reitoria da Universidade de Brasília tome profundas providências, pois é inadmissível que, em pleno século XXI, quando grande parte dos países do mundo já conseguiram uma legislação que permite a união entre pessoas do mesmo sexo, quando o Supremo Tribunal Federal do nosso País também admite essa situação, tenhamos pessoas brutalmente agredidas por conta da sua orientação sexual. Isso depõe contra os direitos humanos e contra uma sociedade que se pretende democrática. A democracia pressupõe o respeito às diferenças, a democracia pressupõe igualdade de direitos para todos os indivíduos. Por isso, eu também quero aqui, Sr. Presidente, registrar a minha indignação para com esse fato. Encaminharei, pessoalmente – porque sei que essa é uma temática que enfrenta muita divergência entre nós –, como Parlamentar, ao senhor reitor da Universidade de Brasília um documento no qual solicito que haja providências para combater a homofobia na Universidade de Brasília, respeitando aquilo que está contido na Lei Orgânica do Distrito Federal.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputada Arlete Sampaio, eu gostaria, inclusive, de parabenizar V.Exa. pela fala, porque é inadmissível, no auge em que vivemos, na nossa luta pela democracia, pela liberdade, o que acontece em um celeiro de ideias como a UnB. Quero assinar com

V.Exa. o documento que será levado. Faço questão disso, como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. Acho que isso depõe contra uma sociedade que se diz moderna e cristã, Deputada Arlete Sampaio. Qualquer tipo de homofobia, mesmo para os cristãos que se pervertem, às vezes, como julgadores das pessoas... Acho muito importante a fala de V.Exa. Conte comigo!

Há um projeto de lei de minha autoria, Deputada Arlete Sampaio – inclusive, peço o apoio de todos os Parlamentares –, para quantificar esse tipo de crime também no Distrito Federal, porque hoje não conseguimos buscar nas delegacias. A lesão corporal contra qualquer tipo de crime homofóbico não tem como ser tabulada. Não temos esses índices. Nós não sabemos. Há um projeto de minha autoria que prevê isso não só contra a homofobia, mas contra outros tipos de crimes que violam os direitos humanos. É um projeto de minha autoria para conseguirmos quantificar isso.

O que aconteceu hoje dentro da UnB acontece muitas vezes em muitos outros lugares. Posso falar isso, Deputada Arlete Sampaio, de peito aberto, como evangélica. As pessoas, muitas vezes, jogam a pedra só nos cristãos, que se pervertem, que falam que são evangélicos, mas não conseguem sequer prestar solidariedade e amor ao próximo. Acho que o maior mandamento de Jesus é o amor ao próximo. Como uma pessoa pode amar o próximo, se tem preconceito contra ele?

Deputada Arlete Sampaio, acredito que crimes como esse que aconteceu na UnB é um modelo do que está acontecendo em nossa cidade inteira, e esta Casa, esta Câmara Legislativa tem que atuar. Conte comigo! Estou saindo agora da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, mas, para o que eu puder fazer, ainda como Presidente da comissão, estarei à disposição.

Parabenizo V.Exa. pela fala.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Muito obrigada, Deputada Celina Leão, pelas suas palavras. Penso que todo o indivíduo democrático deve assumir essa bandeira de lutar pela igualdade dos direitos, pelos direitos humanos para todos, e eliminar esse traço de autoritarismo na sociedade que trata as diferenças com discriminação. Espero que esta Câmara Legislativa tenha essa postura sempre. Que possamos expressar essa nossa indignação cobrando da reitoria da UnB medidas concretas para combater esse tipo de coisa lá e também em qualquer lugar do Distrito Federal, como falou a Deputada Celina Leão.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PEN. Sem revisão do orador.) – Deputada Arlete Sampaio, também quero me somar a esse protesto, a esse esforço. Venho da Universidade de Brasília, que é um lugar de brilhantismo, de superação, de onde saem as grandes modernizações necessárias, para que a nossa sociedade

avance. Eu me preocupo muito quando um caso como esse acontece em um centro de excelência e conhecimento, em um centro de pessoas esclarecidas, como é a Universidade de Brasília. Também chama a atenção para o fato de que o que aconteceu na Universidade de Brasília acontece todos os dias nas nossas periferias, pelo Brasil afora, e o nosso país ainda não está pronto para enfrentar esse tipo de atraso, que magoa tanto as pessoas, que machuca e deixa as pessoas em uma posição de extrema fragilidade. É preciso que o nosso Estado tome providências, primeiro transformando a nossa escola, por meio de uma boa educação, para que as pessoas entendam que os seres humanos são diferentes e que essa diferença é absolutamente natural e faz parte da riqueza, que é a humanidade.

Então, quero me somar ao seu esforço, Deputada Arlete Sampaio. Parabéns pela colocação!

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Muito obrigada, Deputado Prof. Israel Batista.

Já ultrapassei o meu limite de fala, mas quero, Sr. Presidente, ser uma disciplinada que consegue falar no tempo previsto. Agradeço a todos a paciência de nos ouvir. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante, pelo bloco PT/PRB.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na tarde de hoje, mais precisamente às 18h, o nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, abrirá, em São Paulo, em um ato, com a presença do Presidente Lula, da Presidenta Dilma, do Governador do Distrito Federal, Agnelo Queiro, outros do nosso partido, e convidados de outros partidos, uma avaliação, um balanço dos dez anos do PT no poder. Dez anos que mudaram, efetivamente, a face deste país, Deputado Benedito Domingos; dez anos que nos fizeram voltar a avançar no processo da reforma agrária no Brasil; dez anos em que tiramos 40 milhões de pessoas da pobreza e as colocamos na classe média. Eu lembro que, quando da campanha, o Presidente Lula dizia que queria um País onde as pessoas tivessem pelo menos direito a três refeições ao dia.

Tomei conhecimento, hoje, por meio da imprensa do Brasil, especialmente de jornais do Distrito Federal, rádios e televisões, de que o Senador Aécio Neves subiria hoje à tribuna, para atacar o Governo Lula, para atacar o Partido dos Trabalhadores nos seus dez anos de governo, Presidente Wasny. Fiquei me perguntando: quando o Presidente Lula era Presidente, Deputada Arlete Sampaio, e estava no exercício do mandato, o Senador Aécio Neves era Governador de Minas Gerais e reconhecia no Governo Lula um parceiro para as questões de Minas Gerais e se dizia até um amigo do Presidente Lula, pelo atendimento das demandas, das reivindicações que tínhamos lá no Estado das Minas Gerais.

Falou-se que o Senador Aécio Neves, hoje, faria um pronunciamento em que falaria dos treze pontos negativos do PT. Não fiz uma lista aqui, mas, se formos levantar pontos negativos do governo do qual ele fez parte, que é o governo dos tucanos, chegaremos a mais de uma centena. Dá muito mais de 45, como dizem aqui o Deputado Evandro Garla e a Deputada Luzia de Paula. Dá mais de 45 erros cometidos pelos tucanos.

Vou enumerar alguns, como por exemplo, Deputada Luzia de Paula, proibir, por meio de decreto do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, a construção de mais escolas técnicas federais pela União. Isso foi um erro clamoroso! Um erro terrível, mas também a questão das privatizações da maneira como foram feitas: entregar as nossas empresas estratégicas, empresas de telefonia, empresas de eletricidade, da maneira como eles entregaram. Isso é grave! Outro erro cometido – e aí vai dar mais de 45 – foi a questão da reeleição com voto comprado. E aí, sim, foi comprovado que pagaram 200 mil reais para que deputado votasse pela reeleição. Outros erros graves: a destruição feita na saúde pública no Brasil; deixar as estradas federais se acabarem do jeito como deixaram. Eu me lembro do Pedro Bial visitando do Rio Grande do Sul ao Pará, vendo a destruição das BRs. E eu gostaria até que a Globo mandasse o Bial voltar àquele ônibus, para verificar como estão hoje as mesmas BRs pelas quais ele passou na época: um verdadeiro tapete.

Portanto, Deputado Chico Leite, se enumerarmos os erros graves cometidos pelos tucanos no poder, isso vai dar muito mais de 45. Outros erros graves: proibir que a Polícia Federal fizesse investigação; nomear para Procurador Geral da República o engavetador geral da nação. Durante oito anos, era só engavetar, engavetar e engavetar.

Portanto uma coisa que os tucanos não têm é autoridade moral para falar absolutamente qualquer coisa com relação à gestão de dez anos do PT no poder. E digo: não foi o PT, sozinho, que fez essa gestão. O PT, com os demais partidos. Lá está o PMDB, de Michel Temer; lá está, Deputado Benedito Domingos, desde o primeiro momento, o PP de V.Exa.; lá está o PRB do nosso querido, saudoso amigo, ex-Vice-Presidente da República, José de Alencar; lá estão efetivamente os partidos que quiseram ajudar a transformação do Brasil. Na verdade, ficaram numa oposição visceral e cega somente o PPS, o Democratas – que era PFL, depois teve até que mudar o nome e parece que já cogitam mudar novamente – e o próprio PSDB.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Sem revisão do orador.) – Nobre Deputado Chico Vigilante, V.Exa. está trazendo um assunto de tanta importância para nosso País, importante porque eu me sinto feliz em ouvir as suas colocações. Em 2002, eu rompi com o sistema político e apoiei a candidatura do Magela aqui no Distrito Federal e também a do Presidente Lula. Desfilamos pelas ruas de

Taguatinga, quando a cidade ficou totalmente tomada com a visita que o Presidente fez àquela nossa cidade.

Quero dizer a V.Exa. o seguinte: um dos maiores feitos da administração do Lula e da nossa querida Presidente Dilma é cuidar dos miseráveis. Causava-nos muita tristeza saber que, num dos países ou no país que mais produz grãos no mundo, que é o Brasil, muitas famílias não tinham, às vezes, um grão de feijão para cozinhar para o almoço e os filhos viviam numa penúria tremenda. O Presidente Lula encarou com muita realidade essa situação de miséria no Brasil, conforme V.Exa. acabou de dizer, elevando, então, esses milhões e milhões de brasileiros a uma condição digna de vida.

Digo mais a V.Exa. Lá no nosso Estado de Minas Gerais, há um provérbio que diz assim: "Só sabe a dor do calo quem calça botina apertada". Só quem já passou pela vida da pobreza, da situação em que o pobre vive e chegando ao posto em que o Presidente Lula chegou para tomar a providência que ele tomou, porque uma coisa é falar sobre a fome, outra coisa é ter passado fome.

Então, hoje nós podemos agradecer a essa administração do Presidente Lula. Agora mesmo a Presidente Dilma está fazendo novamente um pente-fino para colocar famílias ainda remanescentes para que possam receber a bolsa alimentação do governo. Isso é louvável, isso dignifica e honra o nosso País e todos os brasileiros. Por isso eu parabenizo V.Exa. e congratulo o Partido dos Trabalhadores pelos dez anos de progresso, desenvolvimento e democracia em nosso País.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

Quero encerrar com uma frase que eu ouvi de um odontólogo. Ele se formou em Brasília, Deputado Chico Leite, e com o programa Saúde da Família, implementado pelo Governo do Presidente Lula, ele foi incluído numa equipe do Saúde da Família numa cidade do interior do Pará. E me dizia esse jovem odontólogo: "Foi preciso que houvesse um Presidente que algum dia sentiu dor de dente para se lembrar de que pobre tinha dente e que pobre precisava ter os dentes tratados." Esse Presidente é o Presidente Lula.

Portanto, eu fico muito satisfeito em ver o PSDB querer fazer esse quadro comparativo entre o Governo do PT e aliados e o Governo do PSDB porque nessa daí nós passamos na prova e eles foram reprovados. Nós passamos com louvor e eles foram reprovados pelo povo brasileiro. Esse debate nós queremos fazer e nós vamos avançar ainda mais porque o PT começa, a partir desses congressos, a coletar assinaturas no País inteiro para a apresentação de uma emenda popular em que se proponha a reforma política no Brasil, essa é a mãe de todas as reformas que serão feitas no nosso País. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Eu faço aqui aos colegas uma consulta. Nós temos mais a Liderança do PSD, Deputada Celina Leão, e depois teremos os Comunicados de Parlamentares. Consulto se há acordo para, após a fala da Deputada Celina Leão, votarmos os vetos. Já faço antecipadamente essa consulta e convido a Deputada Celina Leão. Que, após a fala de S.Exa., possamos adentrar a votação dos vetos.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria, nesta tarde, de esclarecer algumas coisas sobre o meu pronunciamento de ontem, porque eu acho que ele gerou dúvida. Até pela urgência de votarmos o projeto de resolução, a gente não pôde debater, mas eu quero novamente aqui nesta tarde falar sobre os vigilantes.

Na tarde de ontem eu havia falado sobre o acúmulo que existia da insalubridade e do risco de vida. Hoje, inclusive, eu trouxe o comprovante dos vigilantes que recebiam esse benefício na gestão ainda deste governo por acordo coletivo. Muito se tem falado sobre a legislação da Dilma: a lei da Dilma não permite, a lei da Dilma não permite! Eu quero trazer um esclarecimento bem elucidativo aqui nesta tarde. A lei da Dilma não mudou o § 2º. Eu quero fazer uma correção aqui sobre a fala do Deputado Chico Vigilante ontem. Ele disse que na CLT é o art. 173; quero corrigi-lo: é o art. 193. O seu § 2º estabelece o seguinte: "O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido".

Eu quero esclarecer aqui para alguns Parlamentares que não entendem o que está acontecendo. O vigilante do serviço público de Brasília recebia a insalubridade e o risco de vida. Nós sabemos por jurisprudência – não pela lei crua, porque a lei crua não é explícita – que não se pode acumular. O que não se pode acumular? Periculosidade e insalubridade. Deputada Luzia de Paula, foi aqui que aconteceu a manobra. Por isso a revolta dos vigilantes. Porque eles não recebiam periculosidade, eles recebiam risco de vida, que se pode, sim, acumular com insalubridade. Só que a nova lei da Dilma não mexeu nesse artigo. A última convenção coletiva mudou a nomenclatura do risco de vida para periculosidade, o que prejudicou todos os vigilantes que recebiam esses benefícios. Então é importante que isso fique claro aqui nesta tarde. Eu estive, Deputada Luzia de Paula, com pelo menos cem desses. Nós vamos fazer uma audiência pública sobre isso aqui. A mudança da nomenclatura prejudicou todos esses trabalhadores que tiveram uma perda real de quase 5% nos seus salários.

Nós temos condições de complementar a legislação federal. E foi isso que eu fiz, Deputada Luzia de Paula. Uma lei distrital pode complementar uma lei federal. Onde? Vou pegar para vocês. O art. 7º da Constituição Federal: "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: "(...) XXIII – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei". Nós podemos complementar a lei federal e é isto que meu projeto de lei visa: complementar a lei federal. Se eles tinham os dois acumulados e se a lei da Dilma não fala sobre isso, a lei da Dilma não muda isso, a

lei estabelece que: "Serão descontados ou compensados do adicional outros da mesma natureza eventualmente já concedidos..." Não muda. Não muda. O que mudou, o pulo do gato foi terem mudado a expressão risco de vida, o nome. Isso foi realmente um tremendo baile na categoria, que está insatisfeita.

O nosso projeto de lei visa tentar resolver. Porque se eles tinham 20% mais 15%, eles ganhavam 35%. Hoje, eles só ganham 30%. Então, eles tiveram uma perda real de 5%. O nosso projeto de lei, se aprovado por esta Casa, pode corrigir essa injustiça que está acontecendo com essa categoria que muito lutou. Eles achavam que era um momento de vitória, era um momento em que eles pensavam que estavam comemorando uma vitória, mas quando receberam o contracheque, perceberam que a sua vitória lhes foi tirada por uma manobra: mudaram o nome, que era risco de vida. Então, está aqui. Pode ser acumulado, só que não poderiam ter mudado o nome. E no que depender de mim, nós vamos corrigir essa injustiça com o apoio de todos os Parlamentares desta Casa. Muito obrigada.

DEPUTADO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de reiterar a este Plenário o que eu disse na reunião da bancada, porque eu tenho acompanhado pela imprensa, aliás, o que eu tenho de conhecimento é pela imprensa. Então, eu gostaria de dizer a V.Exa. e aos demais pares – inclusive, o Deputado Raad Massouh não está presente neste momento – que, se V.Exa. quiser e se houver aquiescência dos demais Parlamentares, eu assumo, como corregedor *ad hoc,* no caso do Deputado Raad Massouh.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Patrício, eu acolho o entendimento de V.Exa. e, como nós fizemos da vez anterior, faremos a consulta apenas aos colegas do Colégio de Líderes. Foi esse o procedimento realizado anteriormente, mas já é uma atitude que auxilia enormemente a Casa a dar prosseguimento à problemática.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de justificar que o Deputado Rôney Nemer está no gabinete dele. Ontem à tarde e hoje pela manhã, S.Exa. esteve no hospital, pois está com problema de garganta, mas se houver votação, o Deputado Rôney Nemer descerá imediatamente para o plenário. O Deputado Rôney Nemer só virá ao plenário se houver votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Olair Francisco, eu aproveito que V.Exa. está falando como Líder do PMDB e dos demais partidos que compõem o seu bloco, para solicitar a confirmação do entendimento sobre se podemos suspender as falações dos Parlamentares, exceto do Deputado Agaciel

Maia, que falará em nome do PMDB e do bloco PTC/PPL. Após a fala do Deputado Agaciel Maia, nós entraríamos na votação dos vetos já previamente acordados. Portanto, são votações rápidas. Dessa maneira, esperamos conseguir avançar nessa pauta, que tem sobrestado muitas matérias na Casa.

Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco PMDB/PTC/PTdoB/PPL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com alegria que venho à tribuna desta Casa. Venho batendo nesta tecla, Deputado Chico Leite, desde a campanha do Governador Agnelo. Falo no sentido de implantar o Programa Menor Aprendiz em Brasília.

Nós temos em torno de 120 mil jovens que estudam em um horário e, no outro, em vez de aprenderem uma profissão, vão para a rua para serem vitrine do tráfico ou do assalto.

Hoje recebi a confirmação de que o governo... Nós já tínhamos aprovado uma indicação. Eu fiz uma exposição de motivos detalhando, fazendo um cenário onde começaríamos com os projetos, principalmente nas estatais, no Programa Menor Aprendiz nas áreas mais carentes do Distrito Federal, no caso, Porto Rico, Sol Nascente, Pôr do Sol, Estrutural e Itapoã. Elas seriam o embrião do Programa Menor Aprendiz, que é uma grande revolução que o Governador Agnelo Queiroz pode fazer em termos de qualificação profissional nesta cidade.

Eu relato o fato de ter sido o relator na CEOF – Deputado Wasny de Roure, V.Exa. se lembra disso – do projeto do IPVA Zero, no qual queríamos inserir um artigo, Deputado Chico Leite, no sentido de obrigar as concessionárias de automóveis a contratarem menores aprendizes para aprenderem a ser mecânicos, eletricistas, pintores, esse tipo de coisa, e houve o compromisso, na época, de que não era necessário se formalizar porque havia um acordo de cavalheiros entre os donos de concessionárias e o governo de que chamariam esses menores aprendizes.

Nós sabemos que o IPVA Zero é bom para o governo, porque sabemos que a sua maior base de arrecadação é o combustível. Quanto mais combustível estiver queimando por aí, mais o governo arrecada.

O IPVA Zero é muito bom para quem tem dinheiro para comprar o carro. O IPVA Zero é muito bom para os donos de concessionárias principalmente, porque vendem muito carro e ganham muito dinheiro. Mas quem não é governo, quem não tem dinheiro e quem não é dono de concessionária não ganha nada. Pelo contrário, o ônibus em que você anda vai demorar muito mais tempo para chegar à sua casa porque haverá mais carro na rua, os ônibus vão atrasar e você vai sofrer mais. Além de você não ganhar nada, ainda vai levar mais meia hora ou uma hora para chegar à sua casa.

Então, havia necessidade de haver uma contrapartida social. Os donos de concessionárias deviam, pelo menos, contratar, principalmente nessas áreas mais carentes do Distrito Federal, como Porto Rico, Estrutural, Pôr do Sol, Sol Nascente e

Itapoã – em cada uma, de acordo com o seu tamanho –, uma quantidade x de menores aprendizes de maneira inteligente, porque o empresário inteligente sabe que, ao formar mais mão de obra, aumenta a oferta de mão de obra qualificada. Aumentando a oferta de mão de obra qualificada, diminui o preço e diminuem os custos no que diz respeito a recursos humanos. Mas, não. Parece que há uma cultura de se formalizar tudo. Não é o bastante fazer a lei. Tem que se fiscalizar a lei. Tem que multar. Tem que punir.

Hoje eu recebi a informação de que o governo vai começar a implantar o Programa Menor Aprendiz principalmente na CEB, nessas estatais. Nesses casos, é o governo que controla, existe um orçamento específico. Então, comece e depois chame. Seja o Sindiatacadista, sejam as concessionárias de automóveis, seja a construção civil, que está aí nadando de braçada. Vamos aproveitar e levar esse entendimento ao governo, para que, com a força que tem, possamos levar 80 mil, 100 mil jovens desses que estudam em um horário a, no horário inverso, aprenderem uma profissão, para que não sejam abraçados pelo tráfico de drogas. Vamos transformar esses jovens em cidadãos, em pais de família, em profissionais. Nós fizemos essa experiência na gráfica do Senado e deu certo. O modelo está aí.

Nós temos todas as condições – Deputado Evandro Garla, V.Exa. é um Deputado que tem um profundo conhecimento, uma *expertise* nessa área – de executar o projeto. Você imagina o retorno político que dá para o Governador Agnelo Queiroz todos os dias haver oito, dez ônibus lá em Porto Rico, na Estrutural, com garotos de 16 anos saindo uniformizados para aprender uma profissão, em vez de ficar a tarde todinha na rua, e ainda recebendo 500 reais por mês, ajudando em casa?

Nós sabemos – e a experiência mostra – que a qualificação profissional... O pai, às vezes, não tem como controlar muito o filho, até pelo laço da paternidade, mas o profissional, o supervisor de oficina vai puxar a orelha dele quando houver necessidade. Então, o jovem amadurece muito mais rápido quando está participando de um programa de qualificação profissional.

Portanto, Deputado Wasny de Roure, é com alegria que eu recebo a informação de que o governo – nós temos batido nessa tecla, é um projeto que tem um retorno social, um retorno político muito grande –, o Governador Agnelo assume esse compromisso agora de botar isso em prática.

Então é esse motivo pelo qual eu vim hoje a essa Tribuna. Muito obrigado pela tolerância.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia. Parabéns pelo seu trabalho em prol de construir e pavimentar a questão do jovem aprendiz.

Pergunto aos colegas Deputados se há acordo para que suspendamos as falações individuais dos Srs. Parlamentares e possamos entrar na Ordem do Dia. (Pausa.)

Se há acordo, pelo silêncio dos Srs. Parlamentares, dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Convido o Deputado Prof. Israel Batista a secretariar os trabalhos da Mesa.

Item nº 5:

Apreciação do Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 441, de 2011, do Deputado Wellington Luiz, que "institui a semana de prevenção da doença renal e inclui no calendário do Distrito Federal o Dia Mundial do Rim – Pró – Prevenção da Doença Renal".

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 441/2011, que *institui a Semana de Prevenção da Doença Renal e inclui no Calendário do Distrito Federal o Dia Mundial do Rim - pró - prevenção da doença renal.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem n.º 76/2012-GAG (fls. 21/22), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei n.º 441, de 2011, de autoria do Deputado Wellington Luiz.

A proposição foi aprovada sem alterações, ficando sua redação final conforme fl. 15.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto parcial** ao conteúdo do arts. 4º, 5º e 6º, sob a alegação de que os dispositivos criariam novas obrigações e ampliariam a atuação governamental, gerando despesas sem observar os requisitos fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 441 /2011
Fls. nº 25

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o relatório.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós não precisaríamos ter o *quorum* de treze para votar isso? Nós não temos treze, não. Nós temos onze.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Acredito que nós temos Parlamentares que estão nas proximidades chegando.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Nós estamos sem *quorum* para fazer o que nós estamos fazendo. Eu queria pedir a conferência de *quorum*.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Nós temos dois Deputados lá, Deputada. A Deputada Arlete Sampaio e o Deputado Joe Valle.

DEPUTADO CHICO LEITE – Temos exatamente treze, Presidente.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Temos treze?

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Temos.

DEPUTADA CELINA LEÃO – É que eu estou contando e está dando onze.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Consulto os Líderes se há acordo para votar o veto parcial aos arts. 4º, 5º e 6º do Projeto de Lei nº 441, de 2011? (Pausa.)

Entendo pela manifestação silenciosa dos Srs. Deputados que há acordo.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Só um minuto. Esses vetos já foram acordados com a Liderança anteriormente? Já havia acordo, não é?

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Estamos colocando apenas os projetos que foram vetados e para os quais houve acordo. E o acordo é pela manutenção desses vetos.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ok, Sr. Presidente, há acordo.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL — DATA 20/02/2013

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐VETO TOTAL ☒VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): arts 4.º, 5.º e 6.º

☐PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒PROJETO DE LEI Nº(S) 441/11

Autor: **Deputado(a):** Wellington Luiz ☐Executivo

Relator: **Deputado(a):** Chico Leite

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PSD	X					
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X		
	DR. MICHEL	PEN	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD				X		
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PSB	X					
	LILIANE RORIZ	PSD	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PATRÍCIO	PT				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	X					
	RAAD MASSOUH	PPL				X		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RÔNEY NEMER	PMDB				X		
	WASHINGTON MESQUITA	PSD				X		
	WELLINGTON LUIZ	PPL				X		
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	TOTAL		16			08		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP — SECRETÁRIO DEP. PROF. ISRAEL BATISTA — ASSP Nº ____/__ Fls. º ____

VOTOS "SIM"	16	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	–	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	–		
AUSÊNCIAS	08		
OBSTRUÇÃO	–		

CONSOLIDADO POR — ASSINATURA — MAT. 13849 — ASSP/____Nº____/__ FOLHA Nº ____

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 16:

Apreciação do Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 903, de 2012, do Poder Executivo, que "abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)".

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito ao Deputado Robério Negreiros que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre o veto parcial à parte dos anexos I, II, III, e IV referentes às Emendas nºs 23, 24, 28, 29, 31, 46, 66, 68, 70 e as Emendas de Plenário nºs 5, 11, 17 e 20.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

MIRIAM
00 02 2013

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 903/2012, que *abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 239/2012-GAG (fls. 505/510), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei n.º 903, de 2012, de autoria daquele Poder, que abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

O Projeto foi aprovado com 100 emendas aditivas. Após as modificações a redação final ficou na forma acostada às fls. 180/275.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto veto parcial quanto ao conteúdo de algumas das emendas aprovadas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL n.º 903 2012
Fls. n.º 208

A Emenda de Plenário n.º 05, apresentada pelo Deputado Dr. Michel, foi vetada sob o argumento de que a ação "Reforma de Unidades Básicas de Saúde" seria específica da Secretaria de Saúde, não podendo ser utilizada na Unidade Orçamentária "Administração de Sobradinho".

A Emenda de Plenário n.º 11, de autoria da Deputada Celina Leão, foi vetada, porque teria indicado subtítulo para cancelamento com saldo insuficiente.

A Emenda de Plenário n.º 17, de autoria do Deputado Wasny de Roure, foi vetada sob a alegação de que a função "Desporto e Lazer", utilizada na estrutura programática sugerida, não poderia ser utilizada pela Secretaria de Estado de Cultura, sob pena de incompatibilidade com o Manual de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal.

A Emenda de Plenário n.º 20, de autoria do Deputado Siqueira Campos, foi vetada devido à alegada incompatibilidade entre a regionalização do gasto e a unidade orçamentária indicada, bem como devido à utilização de código de programa inexistente na estruturação do Programa de Trabalho sugerido.

As Emendas de Deputados n.º s 23, 24, 28 e 29, propostas respectivamente pelos Deputados Wasny de Roure, Washington Mesquita e (as duas últimas) Arlete Sampaio, foram vetadas sob o argumento de insuficiência de saldo no subtítulo indicado para cancelamento.

A Emenda de Deputado n.º 31, apresentada pela Deputada Arlete Sampaio, foi vetada em razão de vedação da inclusão da natureza de despesa 449051 – Obras e Instalações – em subtítulos do tipo "atividades".

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL n.º 903 /2012
Fls. n.º 709

A Emenda n.º 46, de autoria do Deputado Aylton Gomes, teria sido vetada por solicitação do parlamentar, encaminhada ao GDF por meio do ofício 073/2012.

A Emenda n.º 66, apresentada pela Deputada Celina Leão, foi vetada sob o argumento de que incluiria subtítulo do tipo "atividade", que se desenvolve de modo contínuo, em ação referente a projetos, que possui como característica a limitação do caráter temporal.

As Emendas n.ºs 68 e 70, ambas de autoria da Deputada Celina Leão, foram vetadas devido à alegada insuficiência de saldo nos subtítulos apresentados como fonte de cancelamento.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto parcial em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE
Relator

Deputado Roberto Negreiros
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL n.º 903/2012
Fls. n.º 7

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, no Colégio de Líderes, o acordo foi pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O encaminhamento da Deputada Arlete Sampaio é pela manutenção dos vetos.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão mantendo o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 20/02/2013

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐VETO TOTAL ☒VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : parte dos Anexos I, II, III e IV referentes às emendas nºs 23, 24, 28, 29, 31, 46, 66, 68, 70, 05(PLE); 16(PLE); 17(PLE) e 20(PLE).

☐PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒PROJETO DE LEI Nº(S) 903/12

Autor: **Deputado(a):** ☒Executivo

Relator: **Deputado(a):** Roberto Negreiros

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PSD	X					
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X		
	DR. MICHEL	PEN	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD				X		
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PSB	X					
	LILIANE RORIZ	PSD				X		
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PATRÍCIO	PT				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	X					
	RAAD MASSOUH	PPL				X		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RÔNEY NEMER	PMDB				X		
	WASHINGTON MESQUITA	PSD				X		
	WELLINGTON LUIZ	PPL				X		
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	TOTAL		15			9		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP

SECRETÁRIO DEP. PROF. ISRAEL BATISTA

ASSP Nº____/__ Fls. º

VOTOS "SIM"	15	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	–	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	–		
AUSÊNCIAS	09		
OBSTRUÇÃO	–		

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA MAT.

ASSP/____Nº____/__

FOLHA Nº____

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências

Total de votantes: 15.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. a inclusão na pauta do dia de hoje do Requerimento nº 2.153, de 2013, de minha autoria e de outros Deputados, que requer a transformação da sessão plenária de 7 de março de 2013 em comissão geral para discutir os alvarás no Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Vou acolher a solicitação de V.Exa. Encerrarei esse processo de votação, tendo em vista que o *quorum* está bastante limitado. Em relação à questão de ordem do Deputado Patrício, que coloca a perspectiva de ser o relator *ad hoc*, a votação deve ser em plenário. O Parlamentar infelizmente teve de se retirar, mas fez a solicitação em público.

Portanto, vou encerrar esta sessão ordinária e, em seguida, vou abrir sessão extraordinária com esses dois itens na Ordem do Dia. Há acordo dos Srs. Deputados?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quais são os itens?

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O primeiro item se refere à autoindicação do Deputado Patrício como relator *ad hoc* do processo que está em tela na Corregedoria; o segundo refere-se ao requerimento de autoria do Deputado Chico Vigilante que precisa ser aprovado em face da exiguidade de tempo para realizar o evento.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, o PSD está de acordo.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, queria pedir a V.Exa. que não seja discutida hoje a questão da Corregedoria, haja vista inclusive a ausência do pleiteante. Acho que temos de ter ainda uma conversa com ele para reafirmar esse pleito.

Quero também pedir a inclusão em pauta do requerimento de realização de audiência pública sobre as mulheres no dia 8 de março. Está aí, foi lido hoje aqui no plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada Arlete Sampaio, eu vou acolher a segunda proposta de V.Exa. Quanto à primeira, entendi que o Parlamentar se colocou nessa perspectiva. Creio que a melhor forma é nos manifestarmos no veto. Há um anseio muito grande de que a Casa possa ter um corregedor, um corregedor *ad hoc*.

Portanto, continuo com o entendimento, se houver essa leitura por parte dos senhores Deputados.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PEN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que não podemos perder a oportunidade. Se não estamos tendo quem queira assumir o cargo e o Deputado Patrício, de pronto aqui, na presença de todos, aceitou ser o corregedor *ad hoc*, acho que não podemos deixar de apreciar a matéria. Cavalo arriado só passa uma vez. Se passar de novo, ou não está arriado ou tem alguém montado.

Então, vamos pegar logo aí, ué! Vamos votar o trem, ué! Como é que vamos perder essa chance? Ninguém quer! Quando achamos quem queira, vamos esperar para votar depois? E se ele desistir? E aí? Vamos pegar logo. Mesmo que ele não esteja aqui, vamos votar esse trem logo! Ele aceitou! Vamos embora!

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sobre o primeiro ponto, solicitação do Deputado Patrício, em nosso bloco, não há acordo em relação ao corregedor. A gente precisa amadurecer essa questão, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Com as manifestações de duas importantes Lideranças na Casa, colocarei em apreciação no plenário apenas o requerimento solicitado pelo Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Correto, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Então, não há necessidade de entrarmos numa sessão extraordinária. Não havendo, votaremos, Deputado Chico Vigilante, o requerimento de V.Exa. e o da Deputada Arlete Sampaio nesta sessão ordinária.

Continuando a sessão ordinária, passamos à votação do item nº 18, PL nº 1.000, de 2012.

Item nº 18:

Apreciação do Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 1.000, de 2012, do Poder Executivo, que "abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$17.812.661,00 (dezessete milhões, oitocentos e doze mil, seiscentos e sessenta e um reais)".

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre o veto parcial a parte dos anexos I, II, III e V referente às Emendas nº 3, de Plenário, 18, 20, 31, 32, 47, 48, 51, 56 e 72.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 1000 / 2012
Fls. nº 559

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 1000/2012, que *abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 17.812.661,00 (dezessete milhões, oitocentos e doze mil, seiscentos e sessenta e um reais).*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 267/2012-GAG (fls. 410/414), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei n.º 1000, de 2012, de autoria daquele Poder, que abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 17.812.661,00 (dezessete milhões, oitocentos e doze mil, seiscentos e sessenta e um reais).

O Projeto foi aprovado com 98 emendas aditivas. Após as modificações a redação final ficou na forma acostada às fls. 161/232.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto veto parcial quanto ao conteúdo de algumas das emendas.

A Emenda de Plenário n.º 03, apresentada pelo Deputado Aylton Gomes, foi vetada sob o argumento de que o programa de trabalho indicado para cancelamento não possuiria saldo suficiente.

As Emendas n.ºs 18 e 20, ambas de autoria do Deputado Siqueira Campos, foram vetadas, segundo a Mensagem, por incluírem ação limitada no tempo em subtítulo do tipo "atividade". Ademais, a natureza de despesa utilizada (449051) seria incompatível com "atividade".

A Emenda n.º 31, apresentada pelo Deputado Agaciel Maia, foi vetada sob o argumento de que o programa de trabalho indicado para cancelamento não possuiria saldo suficiente.

As Emendas n.ºs 47, 48 e 51, todas de autoria do Deputado Joe Valle, foram vetadas sob a alegação de que a função utilizada para descrever o programa a ser criado seria incompatível com a unidade orçamentária indicada, o que contrariaria o Manual de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal.

As Emendas Aditivas n.ºs 56 e 72, respectivamente de autoria da Deputada Luzia de Paula e do Deputado Siqueira Campos, foram vetadas sob o argumento de que teriam indicado como fonte de cancelamento programas de trabalho sem saldo suficiente.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto parcial em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE
Relator

Dep. Chico Leite
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 1000 2012
Fls. nº 560

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Consulto os Líderes se há acordo para votar em conjunto o veto parcial a parte dos anexos I, II, III e V referente às Emendas nº 3, de Plenário, 18, 20, 31, 32, 47, 48, 51, 56 e 72. (Pausa.)

Há acordo.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para encaminhar a votação.) – Só quero explicitar que no acordo de Líderes ficou acertada a manutenção do veto, portanto, voto "sim".

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 20/02/2013

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐VETO TOTAL ☒VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Parte dos Anexos I, II, III e V referente às emendas nºs 18, 20, 31, 32, 47, 48, 51, 56 e 72, 03 (REP)!

☐PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒PROJETO DE LEI Nº(S) 1.000/12

Autor: **Deputado(a):** ☐Executivo

Relator: **Deputado(a):** Robério Negreiros

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PSD	X					
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS				X		
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X		
	DR. MICHEL	PEN	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD				X		
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PSB	X					
	LILIANE RORIZ	PSD				X		
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PATRÍCIO	PT				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	X					
	RAAD MASSOUH	PPL				X		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RÔNEY NEMER	PMDB				X		
	WASHINGTON MESQUITA	PSD				X		
	WELLINGTON LUIZ	PPL	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	TOTAL		15			9		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP

SECRETÁRIO DEP. PROF. ISRAEL BATISTA

ASSP Nº ____/__ Fls. º ____

VOTOS "SIM"	15	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	–	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	–		
AUSÊNCIAS	09		
OBSTRUÇÃO	–		

CONSOLIDADO POR _____ 1381

ASSINATURA MAT.

ASSP/____Nº____/__

FOLHA Nº ____

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Total de votantes: 15.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 21:

Apreciação do Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 809, de 2012, do Poder Executivo, que "dispõe sobre o Sistema de Gestão de Ouvidoria do Distrito Federal – SIGO/Distrito Federal".

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

Ord 20/02/2013 - 9.24

24

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 809/2012, que *dispõe sobre o Sistema de Gestão de Ouvidoria do Distrito Federal – SIGO/DF.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 269/2012-GAG (fls. 37/38), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei n.º 809, de 2012, de autoria daquele Poder, que dispõe sobre o Sistema De Gestão De Ouvidoria do Distrito Federal – SIGO/DF.

O Projeto foi aprovado sem alterações, ficando sua redação final conforme fls. 27/29.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, este opôs veto ao conteúdo do parágrafo único do artigo 10, por considerá-lo desnecessário, tendo em vista que as nomeações são decididas pelo Chefe do Poder Executivo, o que torna apenas opinativa a apreciação do titular do órgão superior do sistema de ouvidoria.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

Dep. Roberto Negreiros

Deputado
Presidente

Deputado CHICO LEITE
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL n.º 809 / 2012
Fls. n.º 480

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio para encaminhar a votação.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – O acordo dos Líderes é pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 20/02/2013

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐VETO TOTAL ☒VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : 9 Único do Art. 10

☐PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒PROJETO DE LEI Nº(S) 809/12

Autor: **Deputado(a):** ☒Executivo

Relator**: Deputado(a):** Robério Negreiros

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PSD	X					
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS				X		
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PEN				X		
	ELIANA PEDROSA	PSD				X		
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PSB	X					
	LILIANE RORIZ	PSD				X		
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PATRÍCIO	PT				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	X					
	RAAD MASSOUH	PPL				X		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RÔNEY NEMER	PMDB				X		
	WASHINGTON MESQUITA	PSD				X		
	WELLINGTON LUIZ	PPL	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	TOTAL		15			09		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP

SECRETÁRIO DEP. PROF ISRAEL BATISTA

ASSP Nº____/__ Fls. º

VOTOS "SIM"	15	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	–	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	–		
AUSÊNCIAS	09		
OBSTRUÇÃO	–		

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA MAT.

ASSP/_____ Nº_____/__

FOLHA Nº_____

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Total de votantes: 15.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Consulto os líderes se há acordo para sobrestamento dos demais itens relativos aos vetos da Ordem do Dia para votar as demais proposições da pauta.

Há dois requerimentos.

Indago aos Senhores Líderes se há acordo para que votemos os dois itens colocados há pouco, relativos às solicitações da Deputada Arlete Sampaio e do Deputado Chico Vigilante.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Exa. a inclusão desse requerimento também.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedido. Acolho a solicitação de V.Exa.

Indago novamente se há acordo para votação. Agora, com mais um item. São, portanto, três requerimentos. Há acordo para que os votemos em bloco?

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Pelo bloco liderado pelo PMDB, sim, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Cristiano Araújo, há acordo?

Deputado Joe Valle, há acordo para a votação dos três itens extrapauta lidos há pouco? Há acordo por parte do PEN, Deputado Chico Vigilante?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada Celina Leão, há acordo? Há acordo.

Portanto, havendo acordo de todos os Líderes, votação em bloco dos seguintes itens:

Item extrapauta n° 1:

Discussão e votação em turno único do Requerimento n° 2.153, de 2013, de autoria do Deputado Chico Vigilante e outros, que "requer a transformação da sessão plenária de 7 de março de 2013 em comissão geral para discutir os alvarás no Distrito Federal".

Item extrapauta n° 2:

Discussão e votação em turno único do Requerimento n° 2.154, de 2013, de autoria da Deputada Arlete Sampaio e Deputado Wasny de Roure, que "requerem a realização de audiência pública para debater as políticas para as mulheres no Distrito Federal".

Item extrapauta n° 3:

Discussão e votação em turno único do Requerimento n° 2.157, de 2013, de autoria do Deputado Chico Vigilante e outros, que "requer a transformação da sessão plenária de 14 de março de 2013 em Comissão Geral para discutir problemas e soluções a respeito do Parque Ecológico da Ceilândia".

Em discussão os requerimentos. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os requerimentos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os requerimentos estão aprovados com a presença de 15 Deputados.

Item n° 22:

Apreciação do Veto Total ao Projeto de Lei nº 190, de 2011, de autoria do Deputado Washington Mesquita, que "proíbe a fabricação e a comercialização de mamadeiras, chupetas e outros produtos utilizados para acondicionar alimentos destinados ao consumo de crianças, que contenham na sua composição o produto químico Bisfenol A (BPA)".

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 190/2011, que *proíbe a fabricação e a comercialização de mamadeiras, chupetas e outros produtos utilizados para acondicionar alimentos destinados ao consumo de crianças, que contenham na sua composição o produto químico bisfenol A (BPA).*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 270/2012-GAG (fls. 22/23), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei n.º 190, de 2012, de autoria do Dep. Washington Mesquita, que proíbe a fabricação e a comercialização de mamadeiras, chupetas e outros produtos utilizados para acondicionar alimentos destinados ao consumo de crianças, que contenham na sua composição o produto químico Bisfenol A (BPA).

O Projeto foi aprovado sem alterações, ficando sua redação final conforme fl. 18.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, este opôs veto total ao projeto, sob a alegação de que o produto químico bisfenol A já está proibido pela ANVISA na fabricação e importação de mamadeiras, mas que considera excessiva a proibição de

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 190 2011
Fls. nº 26

uso dessa substância em todos os produtos utilizados para acondicionar alimentos destinados ao consumo de crianças.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto parcial em causa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputado CHICO LEITE
Relator

Dep. Robério Negreiros
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 190 2011
Fls. nº 27

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o acordo é pela manutenção do veto. O voto é "sim".

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Há acordo pela manutenção do veto.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

69

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL — DATA 20/02/2013

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒VETO TOTAL ☐VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : _____

☐PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

☒PROJETO DE LEI Nº(S) 190/11

Autor: **Deputado(a):** Washington Mesquita ☐Executivo

Relator: **Deputado(a):** Robert Negreiros

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PSD	X					
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS				X		
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PEN	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD				X		
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PSB	X					
	LILIANE RORIZ	PSD				X		
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PATRÍCIO	PT				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	X					
	RAAD MASSOUH	PPL				X		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RÔNEY NEMER	PMDB				X		
	WASHINGTON MESQUITA	PSD				X		
	WELLINGTON LUIZ	PPL	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	TOTAL		16			8		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP _____ SECRETÁRIO DEP. PROF. ISRAEL BATISTA

ASSP Nº _____/__ Fls. º _____

VOTOS "SIM"	16	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	–	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	–		
AUSÊNCIAS	08		
OBSTRUÇÃO	–		

CONSOLIDADO POR _____ ASSINATURA _____ MAT. BGM

ASSP/_____Nº_____/__ FOLHA Nº _____

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Total de votantes: 15.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a inclusão, na pauta do dia de hoje, da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de autoria do nobre Deputado Dr. Michel, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Desembargador Dr. João de Assis Mariosi".

A premência do tempo, Deputado Joe Valle, é porque o Dr. Mariosi se aposenta no dia 12. Portanto, queremos aprovar o referido projeto, para que o nobre Parlamentar, Deputado Dr. Michel, e esta Casa possam preparar, efetivamente, o dia da concessão desse título. Peço o apoio de todos para essa proposição tão bem apresentada aqui pelo Deputado Dr. Michel.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Chico Vigilante, consultarei os Srs. Líderes – não vejo dificuldade, mas tenho a obrigação de fazê-lo, para manter a normalidade e o convívio dos Srs. Deputados – com relação ao entendimento da matéria.

Indago aos Líderes se há acordo.

Deputado Olair Francisco, há acordo?

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Cristiano Araújo, há acordo sobre a matéria?

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada Celina Leão?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Deputado Chico Vigilante já manifestou que há acordo.

Deputado Joe Valle, há acordo?

DEPUTADO JOE VALLE – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Havendo acordo dos Srs. Líderes, designo o Deputado Chico Vigilante para emitir parecer sobre a matéria, como integrante da nova comissão, já publicada.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de autoria do Deputado Dr. Michel e outros, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Desembargador Doutor João de Assis Mariosi".

Solicito ao Relator, Deputado Chico Vigilante, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2012, de autoria do nobre Deputado Dr. Michel, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Desembargador Doutor João de Assis Mariosi".

Creio que esse título de cidadão honorário, proposto aqui pelo nobre Deputado Dr. Michel ao Dr. João Mariosi, é uma das medidas mais acertadas desta Casa, pois S.Exa. é uma pessoa que realmente merece ser homenageado. Por isso e por tudo o que ele representa, e também pelo que consta da apresentação feita pelo Deputado Dr. Michel e por não haver nenhum impedimento no sentido de esta Casa aprovar esse título, o meu parecer é pelo acatamento e pela aprovação da proposição do Deputado Dr. Michel.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos, para discutir.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que é meritório o título. Uma pessoa, conforme já ouvimos, que merece esse título, pelo trabalho realizado na Justiça do Distrito Federal. Por dezoito anos, ele foi juiz em Brazlândia, galgou todos os cargos com muito mérito, com muita capacidade. Por isso, parabenizo o Deputado Dr. Michel por essa propositura. Esta Casa sentir-se-á honrada com a inclusão no seu quadro de sócios honorários a figura do Dr. Mariosi. Parabenizo os autores e a Casa pelo acolhimento dessa proposta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Continua em discussão.

Eu gostaria de registrar, Deputado Dr. Michel e Srs. Deputados, que acompanho o entendimento do Deputado Chico Vigilante sobre a matéria. Entendo que, ao encerrar seus trabalhos até 21 de abril – parece-me que é esta a data de posse do novo Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – o Dr. Mariosi tem hoje uma folha de serviços prestados a esta cidade de enorme valor para todos nós, não só como atual presidente, mas como desembargador durante muitos anos. E, ao completar 70 anos, ele estará se despedindo do próprio tribunal.

Portanto, é motivo de enorme satisfação para esta Casa poder congratular com aquela corte o trabalho e o serviço prestado a esta cidade. Deputado Dr. Michel, receba os meus cumprimentos pela iniciativa. Também irei acompanhar os colegas Parlamentares na aprovação da matéria.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tive que ir ao meu gabinete, para fazer um atendimento, mas já retornei, para que possamos fazer a eleição do corregedor *ad hoc*. Já estou aqui, de pronto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Patrício, estamos no meio da votação de uma proposta apresentada, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº 183.

A Presidência designa o Deputado Robério Negreiros para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2012.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2012, que "concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Desembargador Doutor João de Assis Mariosi".

O presente projeto de decreto legislativo tem por objetivo conceder uma justa homenagem ao Desembargador Doutor João de Assis Mariosi, com a concessão do Título de Cidadão Honorário de Brasília, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Brasília.

Como não há nenhum óbice, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2012.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 20/02/2013

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM ☐ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☒ TURNO ÚNICO
☒ REDAÇÃO FINAL EM 20/02/2013

☐PARECER ☐ORAL ☐REJEIÇÃO PROJETO ☐FAVORÁVEL PROJETO ☐COM EMENDA(S) ☐ANEXO
☐ PARECER SOBRE INDICAÇÃO DO _____ PARA O CARGO DE _____
☐CCJ ☐CEOF ☐CAS ☐CDDHCEDP ☐CAF ☐CDC ☐CES ☐CSEG ☐CDESCTMAT ☐M.DIR. ☐COM.ESP.
☐PROCESSO Nº _____
☐PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
☐PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
☐PROJETO DE LEI Nº(S) _____
☒PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) 183/12
☐PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
☐RECURSO Nº (S) _____
☐REQUERIMENTO Nº (S) _____
☐OUTROS _____
☐VOTO EM SEPARADO ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO _____ ☐Executivo
Autor: Deputado(a): Dr. Michel
Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBS*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PSD	X					
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	--				X		
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PEN	X					
	ELIANA PEDROSA	PSD				X		
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PSB	X					
	LILIANE RORIZ	PSD				X		
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PATRÍCIO	PT	X					
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	X					
	RAAD MASSOUH	PPL				X		
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RÔNEY NEMER	PMDB				X		
	WASHINGTON MESQUITA	PSD				X		
	WELLINGTON LUIZ	PPL	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	TOTAL		17			7		

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO *(Art.109 parágrafo 8º do RI)

SECRETÁRIO DEP. PROF. ISRAEL BATISTA

CONSOLIDADO POR _____ 1501 MAT.
ASSINATURA

ASSP/____ Nº____/__
FOLHA Nº _____

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final para que tenhamos tempo hábil de providenciar a entrega do título.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2012, de autoria do Deputado Dr. Michel e outros, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Desembargador Doutor João de Assis Mariosi".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PEN. Sem revisão do orador.) – Quero agradecer a todos os pares a benevolência de terem até quebrado o rito da Casa, passando o projeto pelas comissões aqui no plenário mesmo. Era de grande importância nós fazermos esse título chegar às mãos do nosso grande Desembargador João de Assis Mariosi antes mesmo de ele se aposentar, para que pudéssemos homenagear um homem que prestou grandes e relevantes serviços ao Distrito Federal. Quero agradecer a cada um e a cada uma dos Parlamentares que se encontram aqui presentes. Esse título não é oferecido por mim, é oferecido pela Câmara Legislativa do Distrito Federal para uma pessoa que realmente prestou e vem prestando serviços relevantes ao Distrito Federal. Muito obrigado pela benevolência de V.Exa. ter colocado em pauta esse PDL na data de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Srs. Deputados, eu ainda gostaria de registrar que a Procuradora Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Dra. Eunice Pereira Amorim Carvalhido, convida cada um dos Srs. Deputados para um encontro institucional no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios no dia 26 de fevereiro de 2013, às 10h, no 9º andar, sala 923, sala do Conselho Superior.

Eu solicito a cada um dos Srs. Parlamentares que agendem presença nesse encontro. É uma atitude extremamente positiva para esta instituição, que procura manter uma relação bastante estreita com o Ministério Público e o diálogo, haja vista, inclusive, o que foi votado no dia de ontem, uma moção. Eu espero que todos estejamos lá para fazer o apelo à Sra. Procuradora de Justiça. É um convite, ocasião em que ela gostaria de apresentar uma agenda de discussão com a Câmara Legislativa. Eu peço aos senhores Parlamentares que não deixem de incluir nas suas agendas o dia 26, às 10h.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Foi muito importante V.Exa. fazer o convite aqui em plenário, mas eu quero sugerir que seja encaminhado um convite assinado por V.Exa. como Presidente ao gabinete de cada um dos Parlamentares, homens e mulheres, para que nós não venhamos a esquecer isso em hipótese nenhuma.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Chico Vigilante, na realidade, a assessoria da Dra. Eunice, no dia de ontem, visitou cada um dos senhores Deputados e seus respectivos gabinetes naturalmente e fez o convite pessoalmente a cada um dos senhores Parlamentares. Eu apenas estou reforçando a pedido dela esse convite.

Eu ainda quero consultar os senhores Líderes sobre a proposta feita há pouco pelo Deputado Patrício, indagando se há acordo dos senhores Líderes quanto à colocação em pauta do projeto da eleição do corregedor *ad hoc* no dia de hoje ou se o submeteremos ao Colégio de Líderes no dia de amanhã às 14h30min.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa já era uma questão acordada pela Mesa. Quando V.Exa., nesta mesma sessão, trouxe o tema aqui, houve o pedido da Líder do Governo, do PT, como também do nosso bloco, pedindo para a discussão disso ficar para a próxima sessão. Então, já é um ponto pacificado. A Mesa já acatou. Não há motivo nenhum para isso voltar à pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado, em função de a matéria ser bastante delicada e de ter havido um colega que se manifestou publicamente, eu tenho de conferir isso com os Srs. Deputados. Eu estou apenas submetendo a confirmação do procedimento.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – O nosso bloco continua com a mesma opinião de minutos atrás. Não há acordo, e muito bem sabe o ex-Presidente Deputado Patrício, em todas as vezes que os blocos se manifestaram não havendo acordo, ele cumpria o regimento. Era esse o entendimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – É porque naquele momento, Deputado Olair Francisco, o Deputado Patrício não se encontrava presente, e ele fez questão de afirmar.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – No momento da minha fala, Sr. Presidente, eu disse que não aceitaria votação porque o Deputado não estava presente. Ele agora está presente e mantém a sua própria indicação, então compete à Presidência decidir se a posição do PMDB é uma posição que deva ser levada em conta ou não para que nós possamos votar.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu tinha colocado a opinião do bloco do PSD para que a gente votasse hoje. Acho que seria muito importante darmos uma solução rápida até porque a sociedade tem cobrado esse vácuo, pois tivemos as férias.

Sr. Presidente, como o nosso bloco tem sido quase que minoria todas as vezes e em muitas delas foi respeitado, a opinião foi mantida sendo minoria, também pedimos que seja amanhã para que a gente não passe por cima da liderança do Deputado Olair Francisco. Então, o PSD pede também que a gente vote isso amanhã.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Sem revisão do orador.) – Pela liderança do PEN, nós somos favoráveis à votação hoje.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vamos partir do seguinte princípio: nós estamos aqui, Deputado Olair Francisco, para elegermos os presidentes das comissões, o corregedor-geral da Casa e o ouvidor da Casa. Em reunião, inclusive presidida por V.Exa., nós decidimos que iríamos eleger todos, de uma vez, em um único dia.

Não existe aqui só a questão do Deputado Raad Massouh, por mais grave que ela seja. Tem uma série de outras questões que estão colocadas. A opinião do nosso bloco é que nós deveremos eleger um corregedor-geral, que trate da globalidade da Casa. Portanto, não vamos destacar um único ponto. Vamos eleger um corregedor-geral, que vai cuidar de toda a Corregedoria. Se o Deputado Patrício, no momento oportuno, se apresentar como candidato a corregedor da Casa e se isso for a vontade da Casa, tem todo nosso apoio. Agora, eu não vou deixar – e aí é uma

questão de princípio, aliança formada, aliança política que a gente tem nesta Casa e até mesmo o Regimento, que está colocado aí – os companheiros do PMDB sozinhos nessa discussão.

Portanto, o Bloco PT/PRB se posiciona pela não votação, tendo em vista, conforme já disse o Deputado Olair Francisco, ser uma questão vencida no dia de hoje.

DEPUTADO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria só dizer aos Líderes e aos demais Pares, para a gente deixar as coisas muito bem claras. Nós temos vários pontos, sim, mas eu só conheço um caso na Casa. Eu saí da Presidência há cinquenta dias e eu só conheço um caso, Deputado Chico Vigilante. Eu não conheço mais nenhum caso. Aliás, para este caso, já devia ter tido corregedor *ad hoc.* Este caso já devia estar em andamento.

Esta Casa tem o compromisso – teve durante dois anos e vai continuar tendo nesta legislatura – de dar satisfação à sociedade. E esse é um caso que tem de ter solução. Ninguém está colocando aqui que se deva condenar ou absolver, mas é preciso que a Casa se posicione. Esta Casa tem Presidência, tem Mesa, tem Colégio de Líderes e tem aqui o Plenário, que é soberano. É um caso só e, justamente por isso, tem de haver corregedor *ad hoc*, senão não seria *ad hoc.* O Regimento é claro. É só olhar o Regimento. Se for vontade do Plenário, do Colégio de Líderes, da Mesa e do Presidente eleger um corregedor-geral para tomar conta do caso único e específico que existe e dos demais casos, se vierem, porque faz parte da Comissão de Ética, o corregedor manda para a Comissão de Ética, tudo bem.

Quando fiz minha questão de ordem, Deputado Wasny de Roure, foi porque eu acompanhei pela imprensa que ninguém queria ser corregedor. Eu estou aqui. Deixei a Presidência da Casa. Respeito todos os Deputados. Não tenho problema com nenhum Deputado, com nenhum dos 23 Deputados. E tenho todas as condições de ser corregedor, tanto *ad hoc* , como também definitivo, Deputado Chico Vigilante. Por isso, coloco-me não só *como ad hoc, mas* também como corregedor definitivo.

Não tenho problema em fazer julgamento de nenhum Parlamentar. Não fiz acordo com nenhum Deputado, não fiz acordo com o governo, não fiz acordo com ninguém. Disse, inclusive, no discurso da Presidência desta Casa, que no dia em que saísse da Presidência, viria aqui para o plenário, porque fui eleito para ser Deputado, e olharia no olho de qualquer Deputado. Estou aqui não só para olhar, mas para julgar se for preciso. Por isso, também coloquei meu nome para a Comissão de Ética, e lá quero fazer julgamento à luz da Justiça. Não quero fazer achincalhamento de ninguém.

Então, continuo com meu nome não só para corregedor *ad hoc* como também para corregedor-geral desta Casa.

Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Patrício.

Eu tenho o seguinte entendimento, colegas Parlamentares: na realidade, nós tivemos enorme dificuldade para encontrar um parlamentar que assumisse a relatoria da matéria, como também a função de corregedor. Depois de várias consultas, não logramos êxito em encontrar alguém para assumir a tarefa de ser relator da matéria e de ser corregedor *ad hoc.* Nesta oportunidade, nós temos a sugestão do Deputado Patrício, que se coloca nessa perspectiva.

Amanhã, quinta-feira, às 14h30min, teremos uma reunião do Colégio de Líderes, porque essa é uma matéria que exige a compreensão de toda a Casa. Nós, neste momento, estamos em pleno processo de construção das comissões e também da Corregedoria. A nossa intenção é fecharmos essa negociação amanhã. Portanto, eu agradeço enormemente a disposição do Deputado Patrício e cumprimento-o por essa iniciativa.

Infelizmente, tivemos, depois de vários dias, essa dificuldade, mas o felicito por sua capacidade de poder apreciar com a devida responsabilidade que o cargo exige.

Portanto, nós trataremos a matéria no Colégio de Líderes amanhã, bem como trataremos das presidências das comissões.

Item 26:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.011, de 2008, do Deputado Patrício, que "institui o sistema de carona solidária no âmbito do Distrito Federal".

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito verificação de *quorum*.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

O Sr. Secretário procederá à chamada nominal dos Deputados pra verificação de *quórum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA____/____/2013 HORÁRIO:___:__

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
6ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA– 2013/2014

DEPUTADO (A)	PART.	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AGACIEL MAIA	PTC	X		
ARLETE SAMPAIO	PT	X		
AYLTON GOMES	PR		X	
BENEDITO DOMINGOS	PP	X		
CELINA LEÃO	PSD		X	
CHICO LEITE	PT		X	
CHICO VIGILANTE	PT	X		
CLÁUDIO ABRANTES	PPS		X	
CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X	
DR. MICHEL	PEN		X	
ELIANA PEDROSA	PSD		X	
EVANDRO GARLA	PRB	X		
JOE VALLE	PSB	X		
LILIANE RORIZ	PSD	X		
LUZIA DE PAULA	PEN	X		
OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X		
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN	X		
PATRÍCIO	PT		X	
RAAD MASSOUH	PPL		X	
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X		
RÔNEY NEMER	PMDB		X	
WASHINGTON MESQUITA	PSD		X	
WELLINGTON LUIZ	PPL		X	
WASNY DE ROURE	PT	X		
TOTAL		12		

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Encontram-se em plenário apenas 12 Deputados.

Constata-se a inexistência de *quorum* para deliberação.

Esta Presidência gostaria de lembrar aos Srs. Líderes que amanhã, às 14h30min, na sala da Presidência, haverá reunião do Colégio de Líderes para retomada da discussão sobre as presidências das comissões.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h39min.)